

Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul
(Processo Administrativo nº 2024/10/16364)

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Aquisição de equipamentos de sonorização e afins., nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p>Mesa de som com as seguintes características:</p> <p>Mesa De Som 26 Canais 24 Interface Usb Bt Fx: Mesa de Som com 26 canais (24 mono e 1 canal estéreo) Meeter Led Display monitor em todos os canais Entradas combo XLR/P10 em todos os canais Interface USB/PC Phantom Power +48V com seleção individual em todos os cns, Dual Equalizador gráfico de 7 bandas EQ 4 bandas por canal 2 auxiliares por canal Auxiliar 2 seleção Pré e pós 2 processadores de efeitos DSP de 99 presets cada 2 sub grupos Conexão Bluetooth e Pen drive Chave atenuação -20db em todos os canais</p> <p>Especificações técnicas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Modelo: GBA-26- Canais: 26- Interface USB/PC (Estéreo in/out)- Entradas: 24 x XLR-1/4" combo + 1 estéreo P10/RCA- Saídas: 2 x Aux- Aux Sends: 2- Headphones: 1- USB: 1- Bluetooth: Sim	603937	UNID.	1	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00

	<ul style="list-style-type: none">- Equalizador gráfico de 7 bandas- 99 DSPs x 2- Tensão: 100v a 240v auto- peso: 21,00kg- Dimensões: comp: 65 cm/ prof: 46 cm/ alt: 10 cm					
2	<p>Microfone, de mesa, com seguintes características: Suporte de mesa com alta sensibilidade. Microfone com base para mesa e suporte flexível com cápsula de condensador saída XLR. Microfone de mesa (Gooseneck) com cápsula a condensador. Alta diretividade e sensibilidade. Alimentação Phantom Power de 9 ~ 52 V DC ou 3 V DC 2 pilhas tipo AA. Resposta de frequência 150 Hz a 14000Hz. Sensibilidade -38 db a + ou - 3db. Cabo com 8 metros plugue XLR para P-10. Impedância 200 ohms a + ou - 1Hkz. - Saída XLR. Haste para P-10. Impedância 200 ohms a+ ou- 1kHz. Saída XLR. Haste de 45 cm. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.</p>	374925	UNID.	1	R\$ 403,17	R\$ 403,17
3	<p>Kit 8 Microfones: Microfones tipo auricular, de cabeça, 15.066,20 Alimentação bateria de 9 v, características adicionais Frequência para uso simultâneo 243.400 mhz 255.80 0, Impedância 600 ohms, alcance até 50 metros, Alimentação externa receptor 110220 v, alimentação Receptor 9 a 12 vdc, cor preta.</p>	432762	UNID.	1	R\$ 850,00	R\$ 850,00
4	<p>Microfone duplo sem fio: Microfones tipo de mão sem fio, 23.111,40 Alimentação bateria de 9 v, resposta frequência 100 hz a 15 khz khz, tipo receptor 2 antenas, impedância 600 ohms,</p>	604661	UNID.	1	R\$ 611,37	R\$ 611,37

	Aplicação auditório.					
5	Microfone sm58: Microfone Sm58 - Tipo de microfone. Dinâmico. Padrão polar. Cardioide- Sensibilidade. -56.0 dB. Formato- de mão. Impedância. 300 O. Fio. Sim- 10 metros Frequência mínima. 50 Hz. /Frequência máxima. 15.000 Hz.	610413	UNID.	2	R\$ 809,99	R\$ 1,619,98
6	Kit Microfone Condensador Super-cardioide + Suporte Tripé Girafa com características: Padrão polar: Supercardioide Resposta de frequência: 40Hz-20kHz Sensibilidade: 80dB Filtro passa alta: 150Hz Impedância de saída: 200 Ω Alimentação: Pilha AA 1.5V ou Phantom Powe 24V - 48V Conexão: XLR 3-pin Dimensões: 2,2 x 38cm (Ø - C) Peso: 171g Especificações Pedestal: Material Alumínio e plástico resistente Comprimento fechado: 78cm Comprimento máximo: 140cm. Itens Inclusos: 01 Microfone Shotgun 01 Braço Articulado Greika YS51-02 01 Cabeça Grid de rotação 01 Saco de contrapeso 01 Shock Mount 01 Protetor de Vento Espuma 01 Protetor de Vento de Pelagem	615066	UNID.	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
7	Kit 4 Caixas Amplificada Ativa + Passiva 2x12 Sub 18 3200w Sistema composto por 4 caixas (ativo+ passivo) Amplificador: 1600w sub grave/1600w médios e agudos classe ab Resposta de frequência: 30hz-200hz (caixas de grave)	620905	UNID.	1	R\$ 14.750,00	R\$ 14.750,00

	Resposta de frequência: 150hz-20000hz (caixas de médio/agudo)					
8	Pedestal: (suporte) para microfone (girafa), corpo em aço, carbono e plástico com ajuste de giro - haste longa e flexível com ajuste de até 360°, 65cm com abertura máxima de até 188 cm.	449865	UNID.	4	R\$ 102,53	R\$ 410,12
9	Pedestal: (suporte) para microfone (girafa), corpo em aço, carbono e plástico com ajuste de giro - haste longa e flexível com ajuste de até 360°, 65cm com abertura máxima de até 188 cm. Garra para microfone sem fio.	449865	UNID.	2	R\$ 102,53	R\$ 205,06
10	Kit caixas monitor/retorno ativo e passivo 12" 500 watts: Monitor ativo: -modelo: at12-250 monitor -potência: 250 watts -alto falante: 12" e tweeter(1 falante 12" e 1 corneta) -impedância de entrada line: 5k ohms / mic: 200-600 ohms sistema 2 em 1: pedestal ou retorno impedância de entrada: line e mic equalização ativa: 03 vias, sendo: agudo, médio e grave divisor de frequência: 01 via canais de entrada: 02, sendo: (1) line (p10) e (2) microfone (p10) controle de volume: sinal e microfone canais de saída: 02, sendo: (1) lineout (xlr) e (2) caixa passiva 8 ohms (p10) tela metálica de proteção frontal e suporte para pedestal dimensões aproximadas: produto (a x l x p): 56,5 x 40,5 x 40,5 cm embalagem (a x l x p): 58 x 42 x 42 cm peso líquido: 15 kg peso bruto: 16,1 kg -rede: 127/220 volts - via chave seletora de voltagem especificações: - -potência: 250 watts -alto falante: 12" e tweeter(1 falante 12" e 1 corneta) sistema 2 em 1:	619437	UNID.	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

	pedestal ou retorno divisor de frequência: 01 via canal de entrada: 02 x p10 (8 ohms) tela metálica de proteção frontal e suporte para pedestal dimensões aproximadas: produto (a x l x p): 56,5 x 40,5 x 40,5 cm embalagem (a x l x p): 58 x 42 x 42 cm peso líquido: 11,2 kg peso bruto: 12,3 kg itens inclusos: -1 monitor/retorno ativo 12" 250 watts -1 monitor/retorno passivo 12" 250 watts					
11	Medusa 24 vias: cabo adaptador combo 25 metros 20,9 mm AWG 24 – quantidade de conectores 24 – conector de entrada XLR/P10 Combo Painel – Conector de saída XLR Macho – Gênero de conector de entrada Femea	449606	UNID.	1	R\$ 965,00	R\$ 965,00
12	Tela elétrica tensionada 4,06 x 2,28 (200") formato 16x9: Tecido Matte White, com verso preto • Tecido High Contrasts, cinza com verso preto • Tecido translucido branco leitoso, projeção de tras para frente • Largura 4,32 mts x Altura 2,70 mts Motor tubular interno Emteco, voltagem 110v ou 220v • Acionamento manual por botoeira, controle remoto sem fio ou sensor de corrente • Tensionamento ajustável	602318	UNID.	1	R\$ 8.421,67	R\$ 8.421,67

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 2.412/2022.

O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2024, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



1. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. A aquisição de equipamentos de sonorização é essencial para garantir a qualidade das apresentações culturais e dos eventos realizados no Teatro Municipal. A qualidade do som é um fator fundamental para proporcionar uma experiência imersiva ao público e para que os artistas possam realizar suas performances com clareza.
- 1.2. Atualmente, os equipamentos de som do teatro estão defasados e não atendem plenamente às exigências técnicas de eventos culturais contemporâneos. Essa limitação compromete o potencial de atração e impacto na recepção de espetáculos pelo público. A atualização do sistema de sonorização permitirá uma melhoria técnica significativa, fortalecendo o teatro como um espaço de referência cultural e garantindo a qualidade necessária para a realização de eventos de médio e grande porte.
- 1.3. Após a elaboração de um plano de ação para a execução dos recursos destinados ao município de Paraíba do Sul, por meio da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) — que prevê apoio financeiro da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para fomentar o desenvolvimento, regulamentação, políticas e ações culturais — foi firmado um termo de adesão entre o Ministério da Cultura e a Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul, por intermédio da Fundação Cultural, para a execução de R\$ 319.771,40 destinados ao setor cultural.
- 1.4. De acordo com a Lei Aldir Blanc, parte dos recursos pode ser utilizada para a aquisição de bens duráveis que beneficiem o setor cultural. Em reuniões realizadas em 16 e 22 de maio de 2024, com o intuito de elaborar o Plano de Ação Anual de Recursos (PAAR) e promover consultas e discussões com a sociedade civil, foi decidido que parte dos recursos seria destinada à compra de equipamentos de sonorização para o teatro. Essa decisão foi tomada pelos próprios agentes culturais, considerando a ausência desses itens essenciais para apresentações culturais de qualidade. Assim, foi alocada a quantia de R\$ 43.000,00 para a aquisição de bens essenciais ao bom funcionamento e manutenção das atividades do Teatro Municipal Mariano Aranha.
- 1.5. A compra dos equipamentos de sonorização para o Teatro Municipal Mariano Aranha, em Paraíba do Sul, visa aprimorar a infraestrutura técnica do espaço cultural, conforme identificado pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) e pelos fazedores culturais durante a elaboração do PAAR.

1.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 42498600000171-0-000065/2024
- II) Data de publicação no PNCP: 27/02/2024
- III) Id do item no PCA: 844,845,846,847,848,849,850,851,852,853 e 854;
ID: 852 e 851- 5830 - sistemas de intercomunicação e amplificação de voz, exceto os de aeronaves
ID:854- 6730 - equipamento para projeção fotográfica
- V) Identificador da Futura Contratação: 985873-61/2024.



Fundação
Cultural

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 2.1. Os equipamentos deverão ser novos não se admitindo, em hipótese alguma, o fornecimento de equipamento alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado.
- 2.2. Os bens devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagens individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.
- 2.3. No caso de objeto com garantia de fábrica maior que a mínima solicitada, prevalecerá a garantia do fabricante, independente da proposta de preços atualizada, bem como da exigência deste Termo referente à garantia.
- 2.4. A garantia de fábrica destina-se a remover os defeitos de fabricação apresentados ou desgaste prematuro, compreendendo substituições de peças, ajustes, reparos e todas as correções necessárias. Caso a empresa Contratada não seja apta a sanar os defeitos apresentados, o objeto deverá ser substituído por um novo, salvo se o dano ou defeito decorrer de dolo, imperícia e mau uso pela Contratante.
- 2.5. O objeto deverá acompanhar acessórios para o completo funcionamento e manual de operação em português.
- 2.6. A empresa Contratada deverá prestar Assistência Técnica na vigência da garantia, inclusive com reposição de peças novas e originais do fabricante e/ou substituição do objeto, conforme o caso, quando comprovado que as mesmas apresentaram defeitos de fabricação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 3.1.1. Deverão ser atendidos, no que couber os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Advocacia Geral da União da.
- 3.1.2. Deve se adequar ao disposto na legislação a seguir: Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; e Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023.

Subcontratação

- 3.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

Considerando o valor contratual e a natureza do objeto em questão, não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Theatro Municipal Mariano Aranha localizado na Av. Ayrton Senna nº 238, Centro, Paraíba do Sul, RJ das 08:00h às 16:00h.

Garantia, manutenção e assistência técnica

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 3 (três) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data final da garantia legal. 12++

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

o prazo de validade;

a data da emissão;

os dados do contrato e do órgão contratante;

o período respectivo de execução do contrato;

o valor a pagar; e

eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente

sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de (MENOR PREÇO POR GRUPO/ITEM/GLOBAL).

Forma de fornecimento

O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$39.436,37 (Trinta e nove mil, quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.



O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

U.G	Unidade	Classificação Programática	Projeto/Atividade	Elementos de Despesas	Fonte de Recurso
05	01	133928908	2.032	4.4.90.52	719 Transferência da Política Nacional Aldir Blanc

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paraíba do Sul 01 de novembro 2024.

Renata Martins e Silva Letra Rezende

Presidente da Fundação Cultural de Paraíba do Sul